

HERDEIRAS DAS TRADIÇÕES AFRICANAS: TRABALHO, CULTURA, LAZER ONTEM E HOJE NA CIDADE DE VIGIA-PA

HEIRESSES OF AFRICAN TRADITIONS: WORK, CULTURE, LEISURE YESTERDAY AND TODAY IN THE CITY OF VIGIA-PA

Raimundo Paulo Cordeiro¹
Assunção José Pureza Amaral²

RESUMO

Este artigo objetiva mostrar a trajetória das mulheres negras na construção da sociedade amazônica a partir de uma cidade secular chamada Vigia de Nazaré, localizada no Nordeste do Estado do Pará, enfatizando o fomento ao trabalho, à cultura, ao lazer e à (in)visibilidade dessas herdeiras da cultura e memória africanas. O presente artigo envolveu pesquisa documental em arquivos da cidade de Vigia-PA; pesquisa bibliográfica para análise dos dados; pesquisa de campo; análise qualitativa; entrevistas semiestruturadas. E entre os principais autores estão Amaral (1994, 2014), Algranti (1988), Kofes (2001), Palheta (1995), Salles (2005) e Velloso (1990). O artigo também aponta investidas nas invisibilidades dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres negras e por suas práticas culturais, que não eram reconhecidas por parte do poder público municipal e tampouco estadual, por isso órgãos competentes não desenvolveram projetos de valorização da cultura imaterial, muito menos a valorização da cultura afro-brasileira no município de Vigia.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher Negra. Cultura do carimbó. Amazônia.

ABSTRACT

This article aims to show the trajectory of black women in the construction of Amazonian society from a secular town called Vigia de Nazaré, located in northeastern Pará State, emphasizing the promotion of work, culture, leisure and (in)visibility of these heirs of African culture and memory. The present article involved documentary research in archives of the city of Vigia-PA; bibliographical research for data analysis; field research; qualitative analysis; semi-structured interviews. And among the main authors are Amaral (1994, 2014), Algranti (1988), Kofes (2001), Palheta (1995), Salles (2005), and Velloso (1990); The article also points out investments in the invisibilities of the work developed by black women and their cultural practices, which were not recognized by the municipal government and neither by the state, so competent bodies did not develop projects for the appreciation of intangible culture, much less the appreciation of Afro-Brazilian culture in the municipality of Vigia.

KEYWORDS: Black Woman. Carimbó culture. Amazon.

¹ Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia, pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, da Campus Universitário de Castanhal da Universidade Federal do Pará; Especialista em Saberes Africanos e Afro-brasileiros na Amazônia, pelo Universidade Federal do Pará; Licenciado Pleno em História, Universidade Federal do Pará; membro do Grupo de Pesquisa História em Campo, da Universidade Federal do Pará. E-mail: paulocordeirovigia@gmail.com

² Doutor em Ciência: Desenvolvimento Socioambiental, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará; Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, pelo mesmo Núcleo. Especialista em Educação e Problemas Regionais, pelo antigo Centro e atual Instituto de Educação, da Universidade Federal do Pará; Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais, pela mesma Universidade. Professor Assistente da Universidade Federal do Pará. E-mail: amaral12j@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Herdeiras das tradições africanas: trabalho, cultura, lazer ontem e hoje na cidade de Vigia-PA objetiva mostrar a trajetória das mulheres negras na construção da sociedade amazônica a partir de uma cidade secular chamada Vigia de Nazaré, localizada no Nordeste do Pará, ao Norte do Brasil, enfatizando, entre outros aspectos, o fomento ao trabalho, à cultura e à (in)visibilidade dessas herdeiras da cultura e memória africanas. Este artigo transita do passado ao presente, mas também do presente ao passado, revelando as trajetórias de mulheres populares no interior da Amazônia.

Foi realizada pesquisa documental em arquivos da cidade de Vigia-PA; pesquisa bibliográfica para análise dos dados; pesquisa de campo com moradores da cidade de Vigia; análise qualitativa das entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa envolveu a abordagem qualitativa. A interpretação das fontes de pesquisa e uma observação densa contribuíram para que fossem realizadas as análises das informações, considerando os sujeitos envolvidos na pesquisa e suas experiências nas relações de trabalho e na cultura do Carimbó.

2 DESENVOLVIMENTO

Vigia é uma das primeiras cidades brasileiras, localizada na Região Nordeste do estado Pará, na região Norte, na Amazônia Brasileira, que teve, no passado, presença marcante de mulheres negras que foram submetidas à mão de obra escravizada nas lavouras coloniais e imperiais e em atividades como domésticas, engomadeiras, lavadeiras, amassadeiras e vendedoras de açaí. Algumas mulheres negras aqui mencionadas possuíam laços de parentescos com mulheres africanas ou afro-vigienses que, no decorrer do século XX, sofreram estigma por conta do passado escravista, preconceito e racismo, pela cor de sua pele.

A sociedade desse século carregava uma mentalidade de que determinados tipos de trabalhos, práticas culturais e religiosas não deveriam ser exemplos para a elite branca por serem praticados por negras e negros³. Dentro dessa relação de trabalho buscamos compreender a relação de estigma de mulheres no trabalho e na manifestação cultural do Carimbó.

³ Segundo: SALLES, Vicente. *O negro no Pará, sob o regime da escravidão*. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005. 3ª Ed. rev. ampl. De acordo com o relatório do presidente da província, Jerônimo Francisco Coelho, em 1848, a quantidade de negros escravizados na vila de Vigia constava de 798. Já em 1856, estava com aproximadamente 1.120 negros escravos.

Desse modo, essas práticas constituíram formas de invisibilização pelo poder público e pelas elites brancas no cenário social às mulheres negras, que eram vistas como um modelo de família “não tradicional”. O que elas praticavam, em termos culturais, não era visto com “bons olhos” e, conseqüentemente, concebido como algo negativo e repleto de preconceitos.

No contexto do trabalho, essas mulheres negras trabalhavam nas ruas desde o período da escravidão. Já no século XIX, podemos perceber que mesmo não sendo reconhecidas como profissões, tais atividades eram vistas pelo poder público municipal como uma realidade social. De acordo com o Código de Posturas Municipal de 1883, o documento que expressa as vendas por mulheres negras nas ruas da cidade de Vigia:

Art. 58 – As pessoas que venderem fructas, doces ou outro qualquer objeto não farão ajuntamento em cantos, ruas, praças e travessas. O transgressor incorrerá na multa de réis 5\$000, ou dous dias de prisão (grifo nosso).

§ Único – Não se comprehende n’estas disposições e ajuntamento das vendedoras de doces no largo das igrejas por occasião das festividades religiosas (grifo nosso). (Código de Posturas Municipal de Vigia de 1883) (grifo nosso).

O trecho acima do Código de Posturas da cidade de Vigia, de 1883, trata de ocupações que certas mulheres escravizadas realizavam na cidade de Vigia e em outras cidades, como Belém (AMARAL, 1994). A rua era o espaço em que as mulheres negras buscavam uma forma de ganho para sonhar com a conquista de suas liberdades.

Os chamados *negros e negras de ganho*, segundo a historiadora Algranti (1988), eram aqueles que após fazerem alguns serviços na casa de seus senhores iam para as ruas em busca de outros trabalhos. Nesse cenário, eles alugavam seu tempo e prestavam seus serviços a um e a outro “patrões” e ainda deveriam, no final de determinado período, entregar a seus derradeiros senhores uma soma previamente estabelecida. Os *negros de ganho* viviam geralmente de biscates e empreitadas. A regra era a mesma para as negras: além dos trabalhos nas ruas, elas eram submetidas a várias outras situações abusivas, como a exploração sexual.

Frutas, doces e outros produtos alimentícios eram vendidos na rua pelas mulheres negras na cidade de Vigia. Elas também trabalhavam nas casas dos senhores como “lavadeiras, cozinheiras, serviços domésticos, agência (sic), costureiras e engomadeira”⁴. As mulheres

⁴ Lista da junta Municipal de emancipação do dia 7 de maio de 1873, em que constam: nome dos escravos/as, cor, profissão, estado civil, valor da indenização, nome do proprietário etc. Em vista dessa documentação foi possível analisar, mesmo de forma superficial, a relação de trabalho do negro escravizado, visto que não podemos realizar um trabalho totalizante por falta de documentação. Encontra-se no Arquivo da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” na cidade de Vigia.

africanas vendiam seus doces em um tabuleiro⁵ no arraial da festividade do Círio de Nossa Senhora de Nazaré ou nas esquinas de alguma casa comercial. A culinária foi mais um legado das africanas deixado em terras vigienses.

Nessa perspectiva, de acordo com Suely Kofes (2001), a continuidade na representação e na imagem da mulher negra e de suas atividades durante a escravidão persistiu através de preconceitos e estereótipos nos tempos pós-abolição, mas apenas ganhando o caráter de trabalho assalariado, pois “a recorrência de atividades manuais executadas pelas mulheres negras retrata o passado escravista que, mesmo depois da abolição da escravatura, associa o trabalho doméstico à escravidão” (KOFES, p.134, 2001).

O discurso de que o mundo privado e familiar era o lugar preferencial das mulheres direcionava-se para aquelas que pertenciam às classes favorecidas e que deveriam ratificar, mediante atitudes e posturas, o padrão discursivo no que diz respeito ao papel social da mulher almejado e requerido na sociedade brasileira dos séculos XIX e XX.

O que comunicamos acerca das mulheres negras obedece a um padrão de sexualização de um corpo que refere-se a um tipo de mulher desenhada como uma pessoa que, além de inspirar sexualidade, é “condicionada” às práticas servis e manuais, uma “herança” de sua conformação identitária no cenário brasileiro. Nesta colonialidade existe um símbolo da mulher negra que é o padrão acionado na mentalidade de certo setor da sociedade brasileira, que é patriarcal e machista, todas as vezes que mencionamos essa categoria. Por outro lado, essas mulheres negras e empobrecidas aprenderam a lidar com a rua, o espaço público, com mais facilidade, pois suas posições e condições sociais as obrigavam a ter contato direto com tais espaços, onde conseguiam poucos recursos para garantir a sobrevivência e das suas famílias.

De acordo com Velloso (1990), por meio do trabalho doméstico, da culinária e dos mais variados biscates, as mulheres conseguiam garantir, mesmo que em bases precárias, o sustento dos seus. Era comum que as crianças tivessem apenas a mãe. A figura do pai, quando não era desconhecida, tinha pouca expressividade. Nesse contexto, cabia sempre à mulher as maiores responsabilidades e encargos.

No século XX, a mulher negra na cidade de Vigia, no estado do Pará, enfrentou uma sociedade patriarcal, machista e preconceituosa, que absorveu o conceito da sociedade

⁵ Os tabuleiros continham rebuçado (pastilha de gengibre), cocada (feita de bagaço do coco) e beijo de moça (feita da goma da mandioca). Hoje, se vê as doceiras com certa frequência em frente à Igreja Matriz e nas praças da cidade. Porém, de acordo com Cordeiro (2018), na década de 1920, o tabuleiro ganhou outros tipos de doces feitos com leite de coco, ovos, trigo, fermento, margarina e açúcar. Após a massa ser preparada, era colocada em pequenas quantidades em fôrmas de formatos lúdicos.

escravocrata em que determinado tipo de trabalho não era permitido à mulher branca. Coube, então, à mulher negra desenvolver tais profissões, mas que não foram concebidas como tal. Assim, essas mulheres permaneceram invisíveis. Diversos trabalhos foram realizados por elas, como de lavadeira, de engomadeira, de cozinheira, em serviços domésticos, na lavoura e como vendedora de doces, mingau e açai.

Na histórica cidade de Vigia, a mulher negra era vista vendendo nas esquinas de casas comerciais em tabuleiros de mingau e de doces. Segundo o memorialista vigiense, Palheta (1995), nas décadas de 1940/50, via-se com frequência uma mulher negra que vendia os doces em tabuleiro em uma das casas comerciais na cidade de Vigia:

Quando conheci, eu bem pequeno, ela uma anciã vestida à baiana de estampada saia rodada, sobre a qual a camisola de renda sobressaía coincidindo com a alvura do carapina. Recendendo a baunilha ficava atrás do tabuleiro repleto de rebuçados, cocadas e beijos-de-moça, ao lado da Casa Campos, próximo ao cais. Lá ela atendia os fregueses com a cortesia de disciplinada mucama. Os braços chocalhando balangandãs. No peito a mão fechada de pau d'angola (PALHETA, 1995, p. 79, 80).

Percebe-se no trecho acima algumas informações relevantes para a compreensão dos símbolos carregados de significados presentes nos braços e pescoços das mulheres negras do passado e resistindo em suas descendentes, como: “os braços chocalhando balangandãs. No peito a mão fechada de pau d'angola”. Ou seja, amuletos e assessórios de metal e de madeira para afastar o azar e o mau-olhado, que são heranças dessas mulheres. O termo mucama nesse momento tem uma perspectiva escravocrata racial.

Essa mulher, anciã, negra de cabelos brancos enrolados, que o memorialista menciona acima é conhecida como “Tia Júlia”, “preta descendente de uma dessas famílias de forçados pioneiros, fora escrava, todos sabíamos” (PALHETA, 1995, p. 79). É possível que a Tia Júlia fosse escravizada pelo vigiense Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará) porque consta nos documentos históricos, entre os nomes das escravizadas, o nome de Júlia, com 10 anos em 1874⁶.

A Tia Júlia, mencionada acima pelo memorialista Palheta (1995), é icônica na representação da relação do trabalho feminino negro na venda de doces em tabuleiro. Durante a realização da pesquisa, encontramos uma referência a ela em um artigo do jornal Gazeta da Vigia, em 1925, em que, com poeticidade, dizia o redator: “(...) Em acompanhar os requebres exóticos da Tia Júlia e ouvir “a onça te pega, deixa pegar”, eis como os passeiantes, em grande

⁶ ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Julgados das terras: cadeia de apropriação e atores sociais em conflitos na ilha de Colares, Pará. Belém: EDUFPA, 2004, p. 76.

número, deleitam nas tardes domingueiras de agora, os olhos eternamente ávidos de sensações”⁷.

Sobre o “lugar” das vendedoras de doces na cidade de Vigia, no século XIX, ficava no largo da igreja. Já no século seguinte, esse espaço se amplia e passa a ser também nas esquinas das casas comerciais, lugares de constante movimento e próximos ao cais, local de embarque e desembarque de passageiros e pescadores. Hoje, o espaço principal é a frente da Igreja Matriz e também, na época do Dia dos Finados, nas esquinas do cemitério público municipal da cidade de Vigia.

Muitas famílias descendentes de africanos/as no século XX deixaram as terras de um lugar denominado Tauapará, no mesmo município e estado, e vieram viver na cidade de Vigia em busca de melhores condições de trabalho e para dar continuidade aos estudos dos filhos/as⁸. Nas décadas de 1930/1940, algumas famílias migraram para um recente bairro em formação denominado Portinho, que se situava no fim da Rua das Flores, onde existia um Porto e o braço do Rio Tujal.

No final da década de 1930, da comunidade do Cacau (que na época pertencia à cidade de Vigia, mas agora pertence à cidade de Colares, no Estado do Pará) veio a família negra de Gregório Moraes com sua filha, Maria dos Santos, e suas netas. Uma das netas, Ana Maria dos Santos, lembra quando sua família morava na Fazenda da Campina (na região do Tuapará):

Meu avô, Gregório Moraes, era um crioulo que usava argola grande na orelha. Nos anos de 1930, quando Plínio Campos vendeu a propriedade com todos nós dentro, meu avô Gregório ficou com medo e deixou a casa e tudo no Cacau e viemos morar em Vigia, no bairro do “Portinho”. Ele já estava velho e com pouco tempo veio a falecer⁹.

Cabe lembrar que moradores da antiga comunidade rural quilombola Cacau formaram a atual comunidade urbana Portinho, dentro da cidade de Vigia. Agora, na antiga cidade, essas mulheres passaram a trabalhar no artesanato, sobretudo fabricando louças de barro – trabalho feito de argila retirada do igarapé próximo às suas residências. Com a argila realizavam inúmeros objetos que eram denominados louças de barro. Produzido através de um processo

⁷ Jornal *Gazeta da Vigia*, 08 de fevereiro de 1925. Ano I, n. XIII, p.2. Encontra-se no Arquivo da Sociedade Beneficente “Cinco de Agosto”, na cidade de Vigia.

⁸ Depoimento da senhora Maria da Assunção dos Santos (conhecida por Titoca), de 88 anos. A mesma relatou que quando veio para a cidade tinha 10 anos, em 1943, junto com sua mãe, Ana Guimarães, e a avó, Maria de Assunção. Todos são moradores da Terra Amarela, juntamente com a outra irmã, que passou a ser conhecida por Dona Titoca. Entrevista realizada na residência do filho dela (Tio Rena), na cidade de Vigia, em janeiro de 2020.

⁹ Depoimento da senhora Ana Maria dos Santos, de 78 anos. Entrevista realizada em sua residência na cidade de Vigia, em agosto de 2009 (em memória).

tradicional de ferramenta rústica que levava dias para finalizar os produtos – desde a retirada do barro à confecção dos utensílios – louças como panelas, papeiros, alguidares, pratos etc, eram utilizadas no cotidiano da classe popular vigiense.

Outra família negra que também passou a residir no bairro Portinho foi a de Maria de Assunção, com sua filha, Ana Guimarães, e suas netas, moradoras da comunidade do Cacau, na década de 1940. Segundo a senhora Maria da Assunção dos Santos¹⁰, quando chegou no Portinho, tinha 10 anos. Ela nasceu em 1932, portanto, em 1942 chegava naquele bairro àquelas crianças que, posteriormente, aprenderam a profissão de fabricar louças de barro com sua mãe, algo de fundamental importância no sustento da família. Através dessa profissão, Maria da Assunção dos Santos ficou conhecida por Cotinha e a irmã, Doralice dos Santos, por Titoca.

Logo foram as louças de barro fabricadas pela Titoca, como era chamada, que se tornaram mais procuradas, conforme a sua própria irmã nos informou: “ela fabricava as louças e vendia, mas eu, que fabricava mais, não vendia”¹¹. Por isso que Titoca levou parte de sua vida entre os igarapés, coletando barro; na mata, buscando lenha para queimar as peças; e em casa, modelando o barro. Tudo muito rústicamente, uma vez que a artesã não possuía oficina especializada.

Ainda sobre o trabalho na fabricação de louças de barro da Dona Titoca, ela informou à revista *Agenda*, em 2005:

(...) Dona Alice, mais conhecida como Dona Titoca, que aos 80 anos de idade paulatinamente vai deixando o ofício em função de pouca procura do seu trabalho para fins utilitários das louças (panelas, papeiros, alguidares etc). Além da falta de incentivos que, durante toda a sua trajetória, nunca obteve o que deveria, conta ela¹².

Desse modo, as mais diversas peças produzidas eram utilizadas no cotidiano da classe popular vigiense, tais como: panelas, alguidares, torradores de café, assadeiras, fogareiros, panelas, papeiros, pratos, chocolateira, potes, tigelas, bacias etc. As louças eram condicionadas e vendidas na cidade de Vigia e em outras cidades próximas.

Constatamos ainda as investidas nas invisibilidades dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres negras e suas práticas culturais, que de fato não eram reconhecidas por parte do poder público municipal e tampouco pelo estadual; ao longo das décadas, esses órgãos competentes

¹⁰ Depoimento da senhora Maria da Assunção dos Santos.

¹¹ Idem.

¹² Revista *Agenda*, cidade de Vigia, novembro de 2005. Ano 01, n. 01, p. 20.

não desenvolveram nenhum projeto de valorização dessa cultura imaterial, muito menos a valorização da cultura afro-brasileira, no município de Vigia.

Ao chegar o final do século XX, a Constituição Federal de 1988¹³ prevê a proteção jurídica dos bens materiais e imateriais carregados de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (indígenas, quilombolas, caiçaras, caboclos, caipiras), bem como as suas formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver e as criações científicas, artísticas e tecnológicas, qualificando tais bens como *patrimônio cultural brasileiro*. Porém, como se pode constatar, tais instituições ainda vêm praticando o racismo estrutural, menosprezando a cultura negra do carimbó, das religiões de matriz africana e de outras expressões culturais imateriais existentes na velha cidade de Vigia, no estado do Pará.

O bairro do Portinho, na cidade de Vigia, além da produção das louças de barro “bastante vendidas no município nas famosas ‘quitandas’, atualmente são raras”,¹⁴ o carimbó passou a ter uma atração especial. Essa tradição de origem negra no Pará também fora organizada pela Tia Maria dos Santos e pela Tia Marieta. Elas celebravam e festejavam geralmente aos domingos, pela parte da tarde e em época de lua cheia, quando o carimbó era tocado a noite toda.¹⁵

Maria Diana Monteiro Cordeiro recorda quando morava no bairro do Portinho. Nessa época, muitos moradores desse bairro eram da região do Tauapará. Ela acrescenta:

Havia a Tia Maria, era negra descendente de escravo. Ela morava na última casa, próximo ao porto. Nessa casa tinha um quintal grande que chamavam, na época, de terreiro, onde brincavam o carimbó sempre pela parte da tarde, aos domingos. Lembro de uma música que, de tanto cantarem, aprendi, até hoje...¹⁶

Dona Maria, me diga
Aonde é que eu vou parar
Saindo daqui agora
Aonde é que eu vou chegar
Na casa da Tia Bibiana
De baixo da amendoeira¹⁷.

Percebe-se, na memória acima, os locais onde se realizavam o carimbó: no terreiro (geralmente nos arredores da casa ou no quintal). Palheta (1995), ao mencionar o carimbó da

¹³ Constituição Federal Brasileira de 1988. Encontra-se em www.planalto.gov.br. Acesso em janeiro de 2019.

¹⁴ Revista *Agenda* (Op, cit, p.21).

¹⁵ Depoimento de senhora Maria Diana Monteiro Cordeiro, de 75 anos, que era moradora na década de 1960, desse bairro. Entrevista realizada em janeiro de 2019, em sua residência na cidade de Vigia.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

década de 1940 na cidade de Vigia, lembra que acontecia “no terreiro, no amarelo das lamparinas”, pois, na época, sem iluminação elétrica, as lamparinas davam um brilho especial à apresentação. Outra moradora do bairro Portinho que faz menção ao carimbó, a senhora Laíse Lobato, assegura que “as Tias Benedita e Marieta eram quem animavam o carimbó. O Santana Miranda, antes do Tapaoiaras, era que batia o carimbó; eu e minhas filhas também dançávamos”¹⁸.

A vinda dessas famílias do campo para a cidade, nessa diáspora do campo ao urbano, e na tentativa de conseguir melhorias de vida, carrega consigo diversos elementos de sua cultura “original” e os reelaboram em um novo contexto. Essas mulheres negras, segundo Amaral e Cordeiro (2014): “foram as guardiãs do patrimônio civilizatório e cultural africano na Amazônia e no Brasil sobre toda a opressão”.

Esses saberes se locomovem na fronteira de cidades e estados, meio urbano e rural. Por exemplo, entre os diversos objetos de louças de barro confeccionados por essas mulheres, alguns foram essenciais para outra profissão típica do meio “rural”, vista na cidade de Vigia, porém, não valorizada, como a das amassadeiras de açaí e seus instrumentos de trabalho, tais como o alguidar, a tigela e a bacia de pequeno e médio porte.

Outra mulher negra referência na relação de trabalho e prática cultural na sociedade vigiense foi Emília Etelvina Palheta Martins (conhecida por Dona Neca). De acordo com a senhora Elizabeth Sousa Martins, Dona Neca nasceu e se criou na comunidade de Terra Amarela (Tauapará). Na cidade casou-se com Leôncio Martins e juntos tiveram três filhos: dois homens e uma mulher. A senhora Elizabeth Sousa Martins acrescenta:

O esposo era pescador e quando estava na pescaria passava de três meses em diante no litoral do Norte. E a Dona Neca buscava as diversas formas de trabalho para o sustento da família: pescava, tirava caranguejo, turu, fazia roçado, amassava açaí, pegava filho e confeccionava louças de barro¹⁹.

Sobre a polivalência das atividades extrativistas, Dona Neca, além de aprendizagem das herdeiras, aprendeu com o pai a pescar e o saber da prática dentro do mangal. A experiência adquirida durante a infância na comunidade de Terra Amarela foi fundamental, quando já

¹⁸ Depoimento da senhora Laíse Lobato, de 83 anos, que nasceu e cresceu naquele bairro. Ela não era negra, mas seu pai era e participava ativamente da cultura do carimbó e também do carnaval. Ele chegou até a organizar um bloco, “Os Magnatas do Samba”, no final da década de 1970.

¹⁹ No depoimento de Suzana dos Santos Palheta França, de 50 anos de idade, neta que Dona Sarita criou, é falado que depois que sua avó parou de vender açaí, passou a vender carvão, e faleceu em 2003, com 72 anos. Entrevista realizada em janeiro de 2019 em sua residência na cidade de Vigia.

casada, para a manutenção de sua família; esses trabalhos não eram realizados simultaneamente, mas em determinados períodos. De acordo com a senhora Elizabeth Sousa Martins, Dona Neca entrava no mangal e pisava no barro, retirando o camarão tamaru, que servia de isca para a linha que ela cercava em um igarapé. E enquanto isso, ela voltava para o mangal para tirar o caranguejo e também o turu²⁰.

A senhora Elizabeth Sousa Martins afirma ainda:

Dona Neca vendia o açaí em sua casa na Rua Duque de Caxias, próxima à Tv. do Solimão, e sempre buscava barro para confeccionar as louças; todos os objetos em sua casa eram de barro, os alguidares, bacia e panelas eram usados na venda do açaí. A casa possuía um quintal e nos finais de semana era realizada “a festança do carimbó”, antes da fundação do grupo “Beija-Flor”, em 1969.

Dentro da perspectiva da questão latente de representatividade da mulher, da cultura e seus enfrentamentos, lutas e resistências entrelaça-se a própria experiência de vida das mesmas que, para o historiador Thompson (1981), se deve compreender o diálogo existente entre o ser social e a consciência social. A cultura apresenta-se como dinâmica e dotada de autonomia quando impõe os seus costumes em detrimento das leis formais e destaca o valor cultural na prática dos agentes históricos. Dessa forma, segundo Thompson (1981), compreender “costumes em comum” significa abrir portas para interpretações que visam primeiramente os sujeitos invisibilizados, rompendo o mito da inércia populacional ao fundamentar a participação popular dos sujeitos em busca de sobrevivência e manutenção dos seus costumes.

Outra profissão exercida por determinadas mulheres negras era de lavadeira e engomadeira. Aqui, novamente recordamos a juventude para mencionar a Tia Flor. Até a década de 1980 ainda estava presente a engomadeira. Nesta profissão, conhecemos a senhora Florinda Rodrigues Cordeiro, chamada carinhosamente por “Flor”, que considerávamos como tia e a quem sempre fazíamos visitas para tomar a bênção. Ela era uma exímia engomadeira das roupas da elite branca na cidade de Vigia. Depois de lavar as roupas, ela realizava o processo de engomar²¹ e passar; na época era com ferro que se esquentava por brasa de carvão. Tia Flor exerceu essa profissão por grande parte de sua vida.

²⁰ Idem.

²¹ Esse processo era realizado à base da goma de tapioca, dissolvida em água com um pano seco, que era umedecido nesse líquido na roupa e, em seguida, finalizava-se passando com o ferro de carvão. Em seu depoimento, a senhora Ana Rosa Rodrigues, de 65 anos, afirma que: “no passado, engomava muito as roupas, elas ficavam sem dobras e bem passadas”. Entrevista realizada em sua residência na cidade de Vigia, em janeiro de 2019.

As práticas culturais que as senhoras negras praticavam não eram vistas pela oficialidade como cultura, mas como “algo exótico”. Essas questões que envolvem o preconceito à cultura dos negros dizem respeito a uma concepção construída na sociedade a fim de prevalecer um modelo único de conhecimento e de cultura. O que se baseia, na perspectiva identificada por Dussel (1997), como mito da modernidade que, segundo o qual não respeita e não reconhece as diferenças e outros conhecimentos senão os seus.

Nesta perspectiva de construção de conhecimento é que se vinculam as práticas culturais e suas relações de trabalho que não estão no eixo do eurocentrismo. Assim, por esse viés, essas mulheres desenvolveram, no decorrer do século XX, uma importância fundamental na preservação e valorização da cultura local na cidade de Vigia.

Portanto, as mulheres tiveram e têm uma participação ativa na cultura e no carimbó de Vigia, seja na organização, seja dançando, cantando, compondo ou batendo o carimbó (tambor), elas dançavam vários ritmos. Nos terreiros, chamados posteriormente de quintais, ou nas salas das casas, elas animavam e se divertiam com o carimbó, aquele que seria símbolo da cultura musical do Estado do Pará no século seguinte.

Ressalta-se a relevância das “Tias” do carimbó; essa expressão causa impacto não apenas pela forma de respeito a essas senhoras, mas também imprime um sentido mais profundo, pois diz respeito ao mundo do trabalho das mulheres negras. É equivalente ao mestre no mundo do trabalho masculino. Por exemplo, em diversos depoimentos alguns homens, ao relatarem sobre essas mulheres, identificam-nas como afrodescendentes que experimentavam os mundos do trabalho, do lazer, das relações de gênero e de religiosidade.

Adentrando ainda o universo do protagonismo da mulher negra resistindo em um meio tão permeado de discriminações, tabus e preconceitos, o folclorista Pedro Tupinambá (1971), quando esteve em Vigia realizando pesquisa sobre o carimbó, conheceu a Tia Anacleta e a Tia Luzia Fragata. Em relação à Tia Anacleta, ele comenta: “é natural de Vigia e até 1970 ainda cantou o carimbó na Vila Nova, numa noite de festa, em companhia de sua irmã Lina, de Tia Pê, de Raimunda (irmã de Tia Pê) e do Jambre. Residia no bairro do Amparo”. Além de Tia Anacleta, são citadas também outras Tias de seu tempo, como a “Maria do Carmo, Abelina e Jovita”²².

Já com relação à Tia Luzia Fragata, Pedro Tupinambá (1971) traz mais informações, como podemos acompanhar no fragmento que segue:

²² Revista Espaço, *Carimbó*. Belém. Ano 01 – nº 02 – novembro de 1971.



Luzia Morais Silva, vigiense, foi amassadeira de açaí durante 55 anos e trabalhou na lavoura: colhia arroz e feijão, capinava e fazia farinha. “Pegava” criança (fazia partos), tirava caranguejo, rachava lenha e até seringueiras cortou, durante dois anos, na ilha de Mexicana. Sabia ler escrever. Dançava e cantava o carimbó em toda parte, porém possuía um terreiro para dançar no quintal de sua casa, que sempre ficava lotado nos dias de função²³ (grifo nosso).

O trecho reflete a relação existente na época entre oportunidades e tipos de trabalho no ganho apresentado às mulheres negras, em geral, nos ofícios de amassadeira de açaí, doméstica, lavoura, no mangual na retirada de caranguejo e no serviço braçal: capinagem, coleta e corte de lenha para combustível do fogão, assim como na produção artesanal de farinha. Havia ainda maiores desigualdades relacionadas à questão de gênero em comparativo às mulheres negras com o mesmo trabalho exercido por homens negros, pois “valorizava-se mais o trabalho masculino em até duas vezes o valor estabelecido para os ofícios femininos” (SOARES, 1994).

Toda essa gama de fatos acima mencionada vai de encontro ao mito da “fragilidade feminina”. Sobre isto, Suely Carneiro (2003) afirma que este era muito utilizado para justificar “a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres”. Ela afirma que esta prerrogativa equivocada nunca, de fato, se aplicou às mulheres negras por suas experiências históricas tão díspares. E complementa: “assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras” (CARNEIRO, 2003).

E desconstruindo o mito da “fragilidade feminina”, a pesquisadora afirma que:

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres provavelmente majoritário que nunca reconheceram em si mesmas esse mito porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas (CARNEIRO, 2003, p. 50).

Todavia, frente a essas opressões em um panorama geral, as mulheres negras na cidade de Vigia, no estado do Pará, tornaram-se conhecidas na contramão da situação em que eram submetidas pela sociedade da época, pela liberdade que construíram para si ao se tornarem fazedoras de cultura. Essas mulheres passaram a possuir terreiros em que promoviam o carimbó e ficaram conhecidas como “Tias”.

A exemplo de tais memórias construídas por estas mulheres negras, Raimundo Siqueira de Lima, vizinho de uma destas figuras, a Tia Anacleta, lembra que ela era negra

²³ Idem.



descendente de negros escravizados, nascida no município de Vigia, no século XIX. Conta que a mesma sempre viveu trabalhando na lavoura da roça em terras de sua propriedade, herança de seus pais. Matriarca de uma família numerosa e humilde, suas terras situavam-se à margem da estrada da Vigia (PA-140), hoje bairro do Amparo, onde sempre residiu até seu falecimento, no princípio da década de 1970.

Tia Anacleta era amante do folclore, festejava levantamento e derrubada de mastros – “o pau de santo” – e, no princípio e fim da festança, havia a dança do carimbó. O carimbó fazia parte da sua vida, tanto que a mesma também formou um grupo de Carimbó constituído por músicos de “pau e corda” e denominado “Alegria da Roça” – conhecido nas festanças promovidas por Tia Anacleta nas comunidades adjacentes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além do projeto político de colonização, opressão, exploração dos períodos colonial e imperial, a trajetórias das mulheres negras na Amazônia brasileira, a partir da Cidade de Vigia, no período do pós-abolição, ou seja, nas republicas, aponta as investidas na invisibilidade das mulheres negras, dos trabalhos desenvolvidos por elas e suas práticas culturais, que não eram reconhecidas por parte do poder público municipal e tampouco estadual, levando ao pouco caso por parte dos órgãos competentes em desenvolverem projetos de valorização da cultura imaterial e da cultura afro-brasileira no município e na região.

Frente a opressões em um panorama geral, as mulheres negras na cidade de Vigia, no estado do Pará, tornaram-se conhecidas, na contramão da situação em que eram submetidas à época, pela liberdade que construíram para si ao se tornarem fazedoras de cultura. Essas mulheres passaram a possuir terreiros em que promoviam o carimbó e ficaram reconhecidas como “Tias”.

As atividades nas festas do carimbó no barracão se localizavam geralmente no quintal, no fundo ou ao lado da residência dessas mulheres, onde havia diversos trabalhos engajados na transformação sustentável de recursos naturais, como a limpeza com vassoura de piaçaba, cipó titica ou com o cacho seco do açazeiro na retirada das folhas; modificando a paisagem, a preparação com as lamparinas para a iluminação do barracão: o pavio feito com algodão retirado do roçado; as louças de barro servindo as comidas, bebidas, água, refrescos e doces. Além disso, das ervas aromáticas e raízes para o banho cheiroso e perfumes, enfeites no cabelo,

brincos, cordões de miçangas e cordões de lágrima de Nossa Senhora (sementes arredondadas)²⁴.

Portanto, a salvaguarda desta prática cultural possibilita a circulação de conhecimentos que não partem de uma epistemologia dominante, mas que são autênticos às próprias identidades culturais das negras/os. Tanto quanto o percurso dos caminhos das profissões exercidas pelas mulheres negras, que não eram reconhecidas pela elite branca e suas práticas culturais na cidade de Vigia. Isso ultrapassa a cronologia e essa elite tende a continuar reproduzindo certos discursos depreciativos em relação à capoeira, ao boi-bumbá, à religião afro etc.

No que diz respeito à antropização na relação entre cultura e natureza temos a contribuição de autores como Tim Ingold (2007; 2015), que critica visões e interpretações que supervalorizam o pensamento nos seres humanos em oposição às outras características de todos os outros seres vivos, colocando esses últimos em posição inferior se comparados com os primeiros. Visto que o autor afirma que os seres humanos são tão únicos quanto qualquer outra espécie, também são únicos em sua maneira particular de ser.

As novas profissões dessas mulheres negras estão diretamente ou indiretamente relacionadas aos recursos da natureza e do ambiente amazônico. Seja no roçado, na retirada do açaí, do caranguejo e do tutu, na pescaria, na fabricação de farinha e das louças de barro. Porém na questão cultural do carimbó, prática bastante desenvolvida e fomentada por elas, são trazidos alguns indícios na questão da utilização do meio ambiente.

Nesse sentido, aqui é desmistificado o estereótipo de submissão feminina em uma sociedade machista e patriarcal, em que o campo da atuação das mulheres não se restringia apenas ao modo passivo do lar²⁵. Como nos informa Thompson (1981), quando pensa nas relações de gênero e mais uma vez não enxerga a mulher como vítima, mas como protagonista da sua história.

Assim, percebemos que as construções das diferenças sociais, as relações de trabalho e do carimbó como prática cultural desenvolvida por mulheres negras na cidade de Vigia integram uma rede de interações que envolverem mulheres e homens contribuindo para a

²⁴ Depoimento da senhora Diana Maria Monteiro Cordeiro, de 76 anos. Segundo ela, as mulheres da elite se enfeitavam com brincos e cordões de ouro, as pobres com matérias da natureza. Entrevista realizada em junho de 2020 em sua residência na cidade de Vigia.

²⁵ Sobre a mulher na sociedade vigiense do século XX, atuando nos seguimentos culturais e políticos, ver CORDEIRO, Paulo. *A mulher da Sociedade Vigiense*. (de 1917 a década de 70). Cidade de Vigia/PA. Ed. do Autor, 2012.

afirmação da identidade daquelas que por vários séculos foram submetidas à condição de escravizadas.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **Julgados das terras**: cadeia de apropriação e atores sociais em conflitos na ilha de Colares, Pará. Belém: EDUFPA, 2004

ALGRANTI, L. M. **O feitor ausente**: estudos de escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1821. Rio de Janeiro, Vozes, 1988.

AMARAL, Assunção José Pureza. **“Chama Verequete”**: etnografia da trajetória e das vicissitudes de um compositor negro paraense. 1994. 50 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

AMARAL, Assunção José Pureza; CORDEIRO, Raimundo Paulo Monteiro. **Entre homens e mulheres, escravizados e libertos, campo e cidade – eis as tias “negras” do carimbó na fronteira do saber na cidade da Vigia/PA**. In: Revista Cadernos do CEOM/Unochapecó, Ano 25, n.37 – Fronteiras – Santa Catarina, 2014.

CÓDIGO de Posturas Municipal da cidade de Vigia de 1883. Encontra-se no Arquivo Público do Estado do Pará (Belém).

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANI CIDADANIA (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. [Coleção valores e atitudes, série Valores; n. 1. Não discriminação].

CORDEIRO, Paulo. **Carimbó da Vigia**. Edição do Autor, 2010, p.93.

CORDEIRO, Paulo. **A mulher da Sociedade Vigieense (de 1917 a década de 70)**. Cidade de Vigia/PA. Ed. do Autor, 2012.

CORDEIRO, Paulo. **Os Doces em Tabuleiros**. Herança africana e portuguesa na cidade de Vigia. Ed. do Autor, 2018.

DOCUMENTO - **Lista da junta Municipal de emancipação do dia 7 de maio de 1873**. Encontra-se no arquivo da Sociedade “Cinco de Agosto”, na cidade de Vigia.

CONSTITUIÇÃO Federal Brasileira de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 20 de jan. 2019.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. São Paulo: LAYOLA, 1977.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. Introdução a O que é um animal? **Antropolítica**. 2007.. Disponível em: www.uff.br/antropolitica/revistaantropoliticas/revista_antropolitica_22.pdf. Acesso em: 17 de dez. 2019.

JORNAL **Gazeta da Vigia**, 08 de fevereiro de 1925. Ano I, n. XIII, p. 02. Encontra-se no Arquivo da Sociedade Beneficente “Cinco de Agosto”, (cidade de Vigia).

JORNAL **O Farol**, Cidade de Vigia, abril de 2012, Ano 01 – nº: 08 – p. 6.

KOFES, S. **Mulher, mulheres**: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001. 46 (BINZER apud KOFES, 2001, p.134).

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **As Composições do Uirapuru**: experiências do cotidiano expressas em letras do conjunto de carimbó de Verequete. Monografia de Especialização em Teoria Antropológica. Belém: UFPA, 1999

PALHETA, Aécio. **Vigia Ainda Ontem**. Belém: Imprensa Oficial do Estado. 1995.

REVISTA, **Agenda**, cidade de Vigia, novembro de 2005. Ano 01 – n. 01 – p. 20.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará, sob o regime da escravidão**. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005. 3ª Ed. rev. ampl.

SOARES, Cecília Moreira. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. 1994. 126f. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 1994.

THOMPSON, Edward P. **Senhores e caçadores**. A origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

TUPINAMBÁ, Pedro. Carimbó. **Revista Espaço**. Belém. Ano 01 – nº 02 – novembro de 1971.

VELLOSO, M. P. As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 211, 1990.

Enviado em: 30/04/2021
Aprovado em: 16/07/2021